

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o agradecimentos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e ao IRB - Brasil Resseguros S.A. pelo Parecer dos Auditores Independentes da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, relativos aos exercícios de 2011 e 2010. Aproveitamos a oportunidade para reter o apoio e orientação recebidos e aos nossos corretores e segurados. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2012.

findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Aproveitamos a oportunidade para reter o apoio e orientação recebidos e aos nossos corretores e segurados. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

| ATIVO | 2010 | | PASSIVO | 2010 | |
|--|---------------|-----------------|--|---------------|-----------------|
| | 2011 | Reclas-sificado | | 2011 | Reclas-sificado |
| CIRCULANTE | 27.965 | 25.288 | CIRCULANTE | 21.612 | 19.661 |
| DISPONÍVEL | 396 | 662 | CONTAS A PAGAR | 171 | 860 |
| Caixa e Bancos | 396 | 662 | Obrigações a Pagar | 151 | 123 |
| APLICAÇÕES | 26.928 | 23.420 | Impostos e Encargos Sociais | 2 | 1 |
| CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS | 509 | 351 | Impostos e Contribuições | 18 | 735 |
| Operações com Resseguradoras | 3 | - | Outras Contas a Pagar | - | 1 |
| Outros Créditos Operacionais | 506 | 351 | DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS | 77 | 63 |
| TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER | 132 | 855 | Outros Débitos Operacionais | 77 | 63 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 132 | 855 | PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS | 21.355 | 18.725 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 1.328 | 1.129 | Danos | 21.355 | 18.725 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 1.120 | 926 | PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR | 9 | 13 |
| APLICAÇÕES | 609 | 508 | Planos Não Bloqueados | 9 | 13 |
| TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER | 511 | 418 | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 692 | 426 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 18 | 18 | CONTAS A PAGAR | 683 | 415 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 493 | 400 | PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR | 9 | 11 |
| INVESTIMENTOS | 131 | 140 | Planos Não Bloqueados | 9 | 11 |
| Participações Societárias | 131 | 140 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 6.989 | 6.330 |
| IMOBILIZADO | 69 | 51 | Capital Social | 3.699 | 3.699 |
| Bens Móveis | 61 | 33 | Reservas de Capital | 16 | 16 |
| Outras Imobilizações | 8 | 18 | Reservas de Lucros | 3.274 | 2.615 |
| INTANGÍVEL | 8 | 12 | TOTAL DO PASSIVO | 29.293 | 26.417 |
| Outros Intangíveis | 8 | 12 | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 29.293 | 26.417 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto o lucro do exercício por ação)

| | 2011 | 2010 |
|---|------------------|---------------|
| OPERAÇÕES DE SEGUROS | 2.936 | 2.742 |
| Prêmios Emitidos Líquido | 24.315 | 22.785 |
| Variação das Provisões Técnicas de Prêmios | (27) | 124 |
| PRÊMIOS GANHOS | 24.288 | 22.909 |
| Sinistros Ocorridos | Nota 15 (21.147) | (19.941) |
| Custos de Aquisição | Nota 15 (354) | (327) |
| Outras Receitas e Despesas Operacionais | 149 | 101 |
| OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA | 7 | - |
| Reversão da Provisão de Benefícios a Conceder | 7 | - |
| Despesas Administrativas | Nota 15 (1.813) | (1.753) |
| Despesas com Tributos | Nota 15 (631) | (550) |
| Resultado Financeiro | Nota 15 671 | 543 |
| Resultado Patrimonial | 3 | (12) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 1.173 | 970 |
| Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes | 10 | - |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES | 1.183 | 970 |
| Imposto de Renda | Nota 16 (299) | (243) |
| Contribuição Social | Nota 16 (218) | (173) |
| Participações sobre o Resultado | (7) | - |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 659 | 554 |
| Quantidade de Ações | 3.316.721 | 3.316.721 |
| Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$ | 0,20 | 0,17 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

| | RESERVAS DE CAPITAL | | RESERVAS DE LUCROS | | LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS | AJUSTE COM TÍTULOS MOBILIÁRIOS | TOTAL |
|---|--|----------------------------|--------------------|------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------|
| | RESERVA DE ÁGIO NA SUBS-CRISIAÇÃO DE AÇÕES | OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL | RESERVA LEGAL | RESERVA ESTADUAL | | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 | 3.699 | 1 | 15 | 226 | 8 | (10) | 5.766 |
| Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários | - | - | - | - | - | 10 | 10 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 554 | - | 554 |
| Destinação do Lucro Líquido | | | | | | | |
| Constituição de Reserva Legal | - | - | - | 28 | - | (28) | - |
| Constituição de Reserva Estatutária | - | - | - | 499 | - | (499) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 | 3.699 | 1 | 15 | 254 | 8 | - | 6.330 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 659 | - | 659 |
| Destinação do Lucro Líquido | | | | | | | |
| Constituição de Reserva Legal | - | - | - | 33 | - | (33) | - |
| Constituição da Reserva Estatutária | - | - | - | 626 | - | (626) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 | 3.699 | 1 | 15 | 287 | 8 | - | 6.989 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

| | 2011 | 2010 |
|--|--------------|--------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras | 1.278 | 1.258 |
| Recuperações de sinistros e comissões | 92 | - |
| Outros Recebimentos Operacionais (salvados, ressarcimentos e outros) | 5 | - |
| Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros | - | (36) |
| Pagamentos de despesas e obrigações | (389) | (412) |
| Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais | - | (5) |
| Recebimentos de Juros e Dividendos | 3 | 3 |
| Constituição de depósitos judiciais | (73) | (64) |
| Caixa Gerado pelas Operações | 916 | 744 |
| Impostos e Contribuições Pagos | (681) | (736) |
| Juros Pagos | - | (2) |
| Investimentos financeiros | (514) | 557 |
| Aplicações | (1.685) | (750) |
| Vendas e resgates | 1.171 | 1.307 |
| Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais | (279) | 563 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Pagamento pela Compra de Ativo Permanente: | | |
| Investimentos | (2) | - |
| Recebimento pela Venda de Ativo Permanente: | | |
| Investimentos | 15 | 1 |
| Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento | 13 | 1 |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | (266) | 564 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício | 662 | 98 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício | 396 | 662 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES | 985 | (202) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)

| | 2011 | 2010 |
|---|------------|------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 659 | 554 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | | |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | - | 10 |
| Ganho líquido originado no exercício | - | 10 |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 659 | 564 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, situada na Praça 22 de Abril, 36, Centro, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação com seguros do ramo de pessoas, planos de previdência privada aberta, bem como em seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT por meio de consórcio, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Sociedade não comercializou seguros de pessoas e planos de previdência privada em 2011 e em 2010. A sociedade tem como único acionista a Icatu Capitalização S.A..

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1 Base de Preparação. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Sociedade e estão elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, vigentes em 2011. Estas demonstrações financeiras, foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2012. Em 29 de abril de 2011, foi emitida pela SUSEP a Circular nº 424, que dentre outros assuntos, altera o plano de contas, modelos de divulgação das demonstrações financeiras e informações mínimas para notas explicativas, visando à adequação às normas internacionais (IFRS). A principal mudança introduzida, que afeta as demonstrações financeiras anexas, foi a mudança de procedimentos na contabilização das provisões e recolhimento de tributos. A sociedade transferiu o montante de R\$ 633 registrado no grupo de contas "Impostos e contribuições" no passivo circulante, para o grupo de contas "Créditos tributários e previdenciários" no ativo circulante em 31 de dezembro de 2010, para fins de comparabilidade. **2.2 Base de Mensuração.** As demonstrações financeiras foram elaboradas sob o regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda". **2.3 Moeda Funcional e de Apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Sociedade são: **3.1 Instrumentos Financeiros.** A Sociedade utiliza os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, para avaliar seus instrumentos financeiros. Abaixo, indicamos as práticas utilizadas por grupo de classificação. **a) Disponível.** Abrangem o disponível representado por saldos de caixa e depósitos bancários. **b) Instrumentos Financeiros.** Os instrumentos financeiros são contabilizados e avaliados segundo os seguintes critérios e classificações: (I) Valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (II) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado e são ajustados aos seus respectivos valores de mercado, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido. (III) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos

determináveis, que são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência. **c) Redução ao Valor Recuperável.** Os instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados anualmente, para apurar se houve perda no seu valor recuperável. **3.2 Impostos Diferidos.** Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social, vigentes na data de encerramento do balanço, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustadas pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável. **3.3 Investimentos.** A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. é contabilizada ao custo de aquisição. As participações em outros investimentos permanentes estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". **3.4 Imobilizado.** O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. A Administração da Sociedade julga que as taxas de depreciação aplicadas estão em consonância com a vida útil e econômica dos bens. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na demonstração do resultado. **3.5 Intangível.** O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. **3.6 Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas.** **3.6.1 DPVAT.** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Sociedade no consórcio. Compete a Seguradora Líder, as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 154, de 8 de dezembro de 2006. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e somente repassados líquidos à Sociedade no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **3.7 Provisões Judiciais.** As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos pendentes nas datas dos balanços. A Sociedade adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no Passivo não Circulante. As obrigações fiscais estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante e atualizadas monetariamente pela SELIC. Os valores estimados de perda prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são corrigidos monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis. **3.8 Impostos Correntes.** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%. **3.9 Uso de Estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de in-

formações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, das provisões técnicas e das provisões judiciais.

4. GESTÃO DE RISCO
O processo de avaliação de riscos da Sociedade se baseia em identificar e considerar as implicações dos riscos envolvidos, tanto no âmbito da Sociedade e seus processos como no do negócio, e inclui a avaliação de riscos inerentes e de fraudes. Os fatores externos e internos são considerados nessa avaliação. A Sociedade utiliza como metodologia o COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission e o Enterprise Risk Management (ERM) que é um processo com foco nos controles internos e aplicado na determinação de estratégias por toda a Sociedade. O escopo de atuação compreende: • Controles atrelados à estratégia da Sociedade; • Gerenciamento de incertezas inerentes à realização dos objetivos da Sociedade; • Gerenciamento da alocação de capital; • Controle das oportunidades, visando à competitiva participação da Sociedade com os riscos conhecidos e controlados de futuros negócios e como consequência o aumento do valor para o acionista; • Alinhar os limites para aceitação de risco pela corporação com as estratégias adotadas; • Otimizar as decisões baseadas nos riscos e prover melhorias de alocação de capital. Para o gerenciamento de riscos da Sociedade a responsabilidade fica a cargo da área de Controles Internos com reporte direto à Diretoria de Governança e que possuem as seguintes atribuições: • Elaborar políticas, normas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Sociedade; • Exercer acompanhamento permanente sobre a aderência ao cumprimento das políticas e código de ética da Sociedade; • Manter atualizada a Matriz de Riscos. Os componentes que constituem a base da gestão de riscos são: Definição de Objetivos, Avaliação de Riscos, Identificação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento Contínuo. Os riscos podem ser classificados como: Operacional, Subscrição, Estratégico, Crédito, Mercado, Legal e Compliance. **4.1 Sistema de Controles**

Internos e Gestão de Riscos Corporativos. A formulação e revisão das políticas de controles internos da Sociedade tem por objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Sociedade. **4.2 Gerenciamento Efetivo dos Riscos.** A Sociedade faz a gestão de riscos através de sua Matriz de Riscos que visa identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos aos quais as atividades e negócios estejam sujeitos.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1 Composição dos Instrumentos Financeiros.

As aplicações financeiras são compostas como se segue:

| Descrição | 31/12/2011 | | | 31/12/2010 (Reelaborado) | | |
|--|--------------------------------------|------------------|---------------|--------------------------------------|------------------|---------------|
| | Valor Mobiliário Avaliado pela Curva | Valor de Mercado | % | Valor Mobiliário Avaliado pela Curva | Valor de Mercado | % |
| Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos | 26.928 | 26.928 | 97,79% | 23.383 | 23.383 | 97,72% |
| Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado | 26.928 | 26.928 | 97,79% | 23.383 | 23.383 | 97,72% |
| Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB | - | - | - | 37 | 37 | 0,16% |
| Categoria II - Títulos disponíveis para venda | - | - | - | 37 | 37 | 0,16% |
| Total no Circulante | 26.928 | 26.928 | 97,79% | 23.420 | 23.420 | 97,88% |
| Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB | 42 | 42 | 0,15% | - | - | - |
| Letras Financeiras do Tesouro | 567 | 567 | 2,06% | 508 | 508 | 2,12% |
| Categoria II - Títulos disponíveis para venda | 609 | 609 | 2,21% | 508 | 508 | 2,12% |
| Total no Não Circulante | 609 | 609 | 2,21% | 508 | 508 | 2,12% |

A movimentação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo:

| Saldo em 31/12/2010 | Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado | | Disponível para venda | | Total |
|----------------------------|---|------------------|--------------------------------------|------------------|-------|
| | Valor Mobiliário Avaliado pela Curva | Valor de Mercado | Valor Mobiliário Avaliado pela Curva | Valor de Mercado | |
| Aplicação | 5.534 | 40 | 40 | 5.574 | |
| Resgate | (4.848) | (39) | (39) | (4.887) | |
| Rentabilidade | 2.859 | 63 | 63 | 2.922 | |
| Saldo em 31/12/2011 | 26.928 | 609 | 609 | 27.537 | |

As quotas de fundo de investimentos referem-se a aplicações no valor de R\$ 21.363 em três fundos de investimentos em renda fixa constituídos exclusivamente para receber os recursos das provisões técnicas do seguro DPVAT. Inclui também o valor de R\$ 5.566 referente a aplicações em um fundo não exclusivo denominado Icatu Vanguarda Referenciado SELIC Fundo de Investimento, composto por CDB's, Operações Compromissadas, Debêntures e Títulos Públicos. A participação da Vanguarda neste fundo representa 4,40% do total do Patrimônio Líquido do fundo. O valor de mercado das quotas dos fundos de investimentos não exclusivos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas diariamente pela instituição administradora dos fundos. Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários, com exceção dos fundos, estão distribuídos da seguinte forma:

| Até 1 ano | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | |
|---------------|--------------------------------------|------------------|--------------------------------------|------------------|
| | Valor Mobiliário Avaliado pela Curva | Valor de Mercado | Valor Mobiliário Avaliado pela Curva | Valor de Mercado |
| De 1 a 5 anos | 609 | 609 | 508 | 508 |
| Total | 609 | 609 | 545 | 545 |

5.2 Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros. A Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros foi elaborada levando em consideração: (i) O *Value at Risk (V@R)* paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de 1 dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês). (ii) DV01 (*dollar-value for one basis-point*) é uma métrica de risco utilizada amplamente pelo mercado de renda fixa. Consiste em variar em um *basis-point*, ou 0,01%, a taxa de juros e verificar o quanto o valor de mercado do título se altera. No quadro abaixo apresentamos o cálculo da perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia V@R paramétrico e a perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

| Fatores de Risco (Em Reais) | 2011 | |
|-----------------------------|--------|-----|
| | DIV-01 | VAR |
| Préfixado - DI | 770 | 92 |

5.3 Critério Adotado na Determinação do Valor de Mercado. Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo, sendo: nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 1.** • Títulos de Renda Variável e Ações de Companhia de Capital Aberto Cotadas em Bolsa de Valores ou Mercado de Balcão; Calculados com base no valor do fechamento diário divulgado pela BM&FBOVESPA; • Instrumentos Financeiros Derivativos: Calculados com base nas cotações diárias divulgadas pela BM&FBOVESPA. • Títulos de Renda Fixa - Públicos: Negociados diariamente em ambiente de balcão com fonte de preço cotados pronta e regularmente (ANBIMA); **Nível 2.** • Certificados de Depósito Bancário; (CDB); Sejam CDBs pós ou pré-fixados, são títulos calculados a partir do fluxo de caixa descontado de acordo com os critérios definidos no manual de avaliação a mercado do administrador da carteira administrada; • Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): São títulos pós-fixados calculados a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros do indexador de acordo com os critérios definidos no manual de avaliação a mercado do administrador da carteira administrada; • Certificado de Recebível Imobiliário (CRI): É um título de crédito lastreado em créditos imobiliários e de emissão exclusiva das Companhias Securitizadas de Créditos Imobiliários. A remuneração é corrigida, em geral, por um índice de preços ou pela taxa referencial (TR) e o valor justo é calculado a partir do fluxo de caixa descontado de acordo com os critérios definidos no manual de avaliação a mercado do administrador; • Debêntures: Calculados com base nas informações de negociações em mercados secundários de balcão (CETIP) ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo administrador da carteira administrada de acordo com os critérios definidos em seu manual de avaliação a mercado; • Fundos de Investimento Exclusivos e Quotas de Fundos não Exclusivos: O valor da cota é calculado pelo administrador e divulgado diariamente sendo os ativos constantes da carteira calculados através do manual de avaliação a mercado do administrador. Os ativos dos fundos de investimento são avaliados segundo critérios determinados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que são consistentes com os critérios adotados pela Sociedade. Segue-se a composição das aplicações financeiras por critério de avaliação do valor de mercado:

| Letras Financeiras do Tesouro | 31/12/2011 | | | 31/12/2010 | | |
|---|------------|---------------|---------------|------------|---------------|---------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Total |
| Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB | 567 | - | 567 | 508 | - | 508 |
| Fundos de Investimentos Não Exclusivos | - | 26.928 | 26.928 | - | 23.383 | 23.383 |
| Total | 567 | 26.970 | 27.537 | 508 | 23.420 | 23.928 |

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

| Imposto de Renda Diferido | Circulante | | Não Circulante | |
|--|------------|------------|----------------|-------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Diferenças Temporárias | - | - | 93 | 58 |
| Contribuição Social Diferida | - | - | 67 | 46 |
| Diferenças Temporárias | - | - | 67 | 46 |
| Provisão para Risco de Créditos | - | - | (142) | (86) |
| Provisão para Risco de Créditos | - | - | (142) | (86) |
| Impostos a Recuperar | 132 | 855 | - | - |
| Imposto de Renda | 61 | 589 | - | - |
| Contribuição Social | 69 | 257 | - | - |
| COFINS | - | 7 | - | - |
| Outros | 2 | 2 | - | - |
| Total | 132 | 855 | 18 | 18 |

7. INVESTIMENTOS

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 corresponde à participação que a Sociedade possui na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. O investimento, no montante de R\$ 129 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 140 em 31 de dezembro de 2010) está contabilizado ao custo de aquisição na rubrica de "Participações Societárias". Em 4 de julho de 2011, a Icatu Capitalização S.A. retirou-se da sociedade na Icatu Serviços de Administração Previdenciária e cedeu e transferiu à Sociedade 2.475 quotas, de valor nominal equivalente a R\$1,00. Este investimento, no montante de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2011, está avaliado por equivalência patrimonial e registrado na rubrica de "Participações Societárias".

8. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas, estão demonstradas a seguir:

| Provisões Técnicas Circulante | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Danos (*) | Danos (*) | Danos (*) | Danos (*) |
| Sinistros a Liquidar | 14.297 | 17.556 | 14.297 | 17.556 |
| Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados | 7.000 | 1.126 | 7.000 | 1.126 |
| Provisão para Despesas Administrativas | 58 | 43 | 58 | 43 |
| Total | 21.355 | 18.725 | 21.355 | 18.725 |

(*)DPVAT

As movimentações das provisões técnicas, estão demonstradas a seguir:

| Sinistros a liquidar administrativo | 31/12/2010 | | Capitalização | | Constituição | | Reversão | | 31/12/2011 |
|--|---------------|--------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|------------|--|------------|
| | 31/12/2010 | 31/12/2010 | 31/12/2010 | 31/12/2010 | 31/12/2010 | 31/12/2010 | 31/12/2010 | | |
| Sinistros a liquidar judicial | 2.966 | 281 | 480 | 986 | (941) | 2.786 | | | |
| Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados | 14.590 | 1.435 | 601 | 8.694 | (3.421) | 7.000 | | | |
| Provisão para Despesas Administrativas | 17.556 | 1.716 | 11 | 175 | (171) | 58 | | | |
| Total | 18.725 | 2.328 | 10.335 | (10.033) | 21.355 | 21.355 | | | |

9. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As provisões técnicas de previdência complementar apresentaram a seguinte movimentação:

| Provisões Técnicas Circulante | Saldos em 31/12/2010 | | Amortizações | | Saldos em 31/12/2011 |
|---|----------------------|------------|--------------|------------|----------------------|
| | 31/12/2010 | 31/12/2010 | 31/12/2010 | 31/12/2010 | |
| Benefícios a Regularizar | 5 | - | - | - | 5 |
| Resgates e Outros Valores a Regularizar | 8 | (4) | (4) | - | 4 |
| Total | 13 | (4) | (4) | - | 9 |

| Provisões Técnicas Circulante | Saldos em 31/12/2009 | | Amortizações | | Saldos em 31/12/2010 |
|---|----------------------|------------|--------------|------------|----------------------|
| | 31/12/2009 | 31/12/2009 | 31/12/2009 | 31/12/2009 | |
| Benefícios a Regularizar | 5 | - | - | - | 5 |
| Resgates e Outros Valores a Regularizar | 8 | - | - | - | 8 |
| Total | 13 | - | - | - | 13 |

10. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

| Ativos Vinculados a Cobertura de Reserva | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2010 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 18 | 508 | 18 | 508 |
| Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos | 21.363 | 18.862 | 21.363 | 18.862 |
| Total | 21.381 | 19.370 | 21.381 | 19.370 |

11. PROVISÕES JUDICIAIS
A Sociedade possui processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas fiscais. A provisão para contingências é contabilizada com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos pendentes nas datas dos balanços. A Sociedade adota o procedimento de provisionar a totalidade das contingências cuja probabilidade de perda foi considerada provável. Apresentamos a seguir as quantidades de ações judiciais, segregadas segundo sua probabilidade de perda e valores estimados:

| Causas Fiscais | 31/12/2011 | | | 31/12/2010 | | |
|---------------------------------|------------|----------------|--------------------|------------|----------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor Estimado | Valor Provisionado | Quantidade | Valor Estimado | Valor Provisionado |
| Probabilidade de Perda Possível | 3 | 2.264 | - | 3 | 2.195 | - |
| Total | 3 | 2.264 | - | 3 | 2.195 | - |

| Causas Cíveis - Não Relacionadas a Sinistros | 31/12/2011 | | | 31/12/2010 | | |
|--|------------|----------------|--------------------|------------|----------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor Estimado | Valor Provisionado | Quantidade | Valor Estimado | Valor Provisionado |
| Probabilidade de Perda Possível | 2 | 97 | - | 1 | 68 | - |
| Total | 2 | 97 | - | 1 | 68 | - |

Os depósitos judiciais são compostos como se segue:

| Fiscais | 2011 | | 2010 | |
|--------------|------------|------------|------------|------------|
| | 2011 | 2011 | 2010 | 2010 |
| Total | 493 | 400 | 493 | 400 |

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, os quais quando oriundos de obrigações legais, estão registrados na rubrica "Outras Contas a Pagar" no passivo não circulante: O mandado de segurança 2005510115038 pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pagos nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona a incidência do PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. O depósito judicial efetuado pela Sociedade neste processo corresponde ao valor atualizado de R\$ 9. Processo em segunda instância. A Sociedade mantém a contingência passiva no montante de R\$ 425 (R\$ 256 em 2010), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante, referente ao PIS e COFINS devido sobre as receitas financeiras. O mandado de segurança 200851010280294 tem como objeto o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, instituída pela Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. O mandado de segurança está sendo acompanhado de depósitos judiciais referentes à diferença das alíquotas. Os depósitos judiciais efetuados pela Sociedade correspondem ao valor atualizado de R\$ 286. Processo em segunda instância. A contingência que encontra-se registrada, corresponde ao diferencial de alíquota (6%) no total de R\$ 258 (R\$ 159 em 2010) no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante. "As ações declaratórias nº 9500389720, 9500525593 e 9600103615 questionam a exigência do PIS, incidente sobre as receitas operacionais brutas auferidas pela Sociedade no período de junho de 1994 até maio de 1995 inclusive, agosto a dezembro de 1995, janeiro de 1996 a junho de 1997 e a partir de março de 1998 inclusive, nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR). Os quatro processos são classificados com probabilidade de perda possível. Os depósitos judiciais efetuados pela Sociedade correspondem ao valor atualizado de R\$ 173. Matéria em discussão no STF.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital Social. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital subscrito e integralizado é representado por 3.316.721 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **12.2 Reservas de Lucros.** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. A reserva estatutária é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, estando limitada ao valor do capital social. A reserva de lucros tem como objetivo o reforço do patrimônio líquido da Sociedade e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral. **12.3 Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários.** Na rubrica Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários, a Sociedade considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **12.4 Dividendos.** De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. Os administradores da Sociedade, em cumprimento a determinação dos acionistas registraram a retenção do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, após constituição da reserva legal.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, MARGEM DE SOLVÊNCIA E CAPITAL ADICIONAL

| Patrimônio Líquido | 31/12/2011 (Reelaborada) | |
|---|--------------------------|--------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Participação Coligadas e Controladas (Nacional) 100% | 6.989 | 6.330 |
| Ativos Intangíveis | (131) | (140) |
| Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) | 6.858 | 6.178 |
| A) 0,2 do Prêmio Retido anual médio - últimos 12 meses | 4.863 | 4.557 |
| B) 0,33 do Sinistro Retido anual médio - últimos 36 meses | 6.485 | 5.616 |
| Margem de Solvência (MS) | 6.485 | 5.616 |
| Capital Base | 4.000 | 4.000 |
| Capital Adicional de Crédito | 298 | - |
| Capital Mínimo Requerido (CMR) | 4.298 | 4.000 |
| Exigência de Capital (Max (CMR,MS)) - EC | 6.485 | 5.616 |
| Suficiência | 365 | 562 |

Icatu SEGUROS

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
Cep. 20021-370 | Rio de Janeiro
Tel. (21) 3824 3900

Seguindo os critérios determinados pela Resolução CNSP nº 228/10, alterada pela Resolução CNSP nº 241/11, constata-se que a Sociedade possui capital suficiente para atender os parâmetros mínimos.

14. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas, durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2011, são como se segue:

| | Contas a Receber (a Pagar) | Receitas (Despesas) | Dividendos Receita |
|---|----------------------------|---------------------|--------------------|
| Icatu Seguros S.A. | (1) | (28) | - |
| Icatu Capitalização S.A. | - | (8) | - |
| Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT | 428 | - | 3 |
| Saldo em 31 dezembro de 2011 | 427 | (36) | 3 |
| Icatu Seguros S.A. | (21) | (21) | - |
| Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT | 288 | 907 | 3 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 267 | 886 | 3 |

As operações com partes relacionadas referem-se basicamente a: • Reembolsos de custos administrativos - rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes. • Consórcio DPVAT - Os montantes decorrentes desta operação são contabilizados na proporção do percentual de participação da Sociedade no consórcio com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder").

15. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
|--|-----------------|-----------------|
| Sinistros Ocorridos | (21.147) | (19.941) |
| Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos | (16.614) | (15.937) |
| Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados | (1.589) | (1.904) |
| Despesas com Sinistros | (2.932) | (2.098) |
| Outras Despesas com Sinistros | (12) | (2) |
| Custo de Aquisição | (354) | (327) |
| Comissões - DPVAT | (354) | (327) |
| Outras Receitas e Despesas Operacionais | 149 | 101 |
| Despesas com Cobrança DPVAT | (1.411) | (1.407) |
| Recuperação Custo Emissão Apólice | 1.564 | 1.447 |
| Receitas/(Despesas) c/ Consórcio DPVAT | (4) | 61 |
| Despesas Administrativas | (1.813) | (1.753) |
| Pessoal Próprio | (25) | (11) |
| Serviços de Terceiros | (47) | (106) |
| Localização e Funcionamento | (37) | (27) |
| Publicidade e Propaganda | (15) | (11) |
| Convênio DPVAT | (1.624) | (1.499) |
| Outras Despesas Administrativas | (65) | (99) |
| Despesas com Tributos | (631) | (550) |
| COFINS | (412) | (384) |
| PIS | (67) | (62) |
| Taxa de Fiscalização | (146) | (97) |
| Outros | (6) | (7) |
| Resultado Financeiro | 671 | 543 |
| Receitas Financeiras | 3.048 | 2.306 |
| Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos | 531 | 437 |
| Títulos de Renda Fixa - Privados | 4 | 1 |
| Títulos de Renda Fixa - Públicos | 5 | 45 |
| Convênio DPVAT | 2.423 | 1.804 |
| Outras Receitas Financeiras | 31 | 19 |
| Despesas Financeiras | (2.377) | (1.763) |
| Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros | (2.328) | (1.749) |
| Outras Despesas Financeiras | (49) | (14) |

16. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

| | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Resultado antes dos Impostos e Participações | 1.183 | 1.183 | 970 | 970 |
| Participação nos Lucros | (7) | (7) | - | - |
| Resultado antes dos Impostos | 1.176 | 1.176 | 970 | 970 |
| Adições | 175 | 175 | 144 | 144 |
| Adição Permanente | - | - | 9 | 9 |
| Doações e Patrocínios Inedutíveis | 6 | 6 | 10 | 10 |
| Provisões Inedutíveis | - | - | 16 | 16 |
| Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa | 169 | 169 | 109 | 109 |
| Exclusões | (33) | (33) | (21) | (21) |
| Tributos e Contribuições em Quest. Judicial | (30) | (30) | (18) | (18) |
| Dividendos Recebidos | (3) | (3) | (3) | (3) |
| Resultado Ajustado | 1.318 | 1.318 | 1.093 | 1.093 |
| Alíquotas Oficiais | 15% + 10% | 15% | 15% + 10% | 15% |
| Despesas com IRPJ/CSLL | (305) | (198) | (249) | (164) |
| Incentivos Fiscais | 6 | - | 6 | - |
| Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários | 33 | 19 | 6 | 4 |
| Provisão para Riscos sobre Créditos | (33) | (19) | (6) | (4) |
| Atualização Monetária Processo Judicial | - | (20) | - | (9) |
| Despesas com IRPJ/CSLL | (299) | (218) | (243) | (173) |
| Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos | 25,4% | 18,5% | 25,1% | 17,8% |

17. CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

| | 2011 | 2010 |
|---|--------------|------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 659 | 554 |
| MENOS | | |
| Juros e Variações Monetárias sobre Depósitos Judiciais | (21) | (2) |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Variação das Aplicações | (3.609) | (13.005) |
| Variação dos Créditos das Operações | (158) | 83 |
| Variação de Títulos e Créditos a Receber | 630 | (719) |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos de Controladas e Coligadas | 3 | 3 |
| Variação de Contas a Pagar | (421) | 721 |
| Variação de Débitos de Operações | 14 | (289) |
| Variação de Provisões Técnicas | 2.624 | 13.207 |
| Variação de Ajustes de TVM | - | 10 |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (279) | 563 |

18. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº118/04, alterada pela Resolução CNSP nº193/08, a Sociedade aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Conglomerado Financeiro Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 da instituição líder.

| DIRETORIA | |
|---|--|
| Diretor Presidente Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga | |
| Diretores José Fiel Faria Loureiro Luciano Snel Corrêa Mário José Gonzaga Petrelli | |
| Contador Carlos Alberto dos Santos Corrêa CRC-RJ nº 52.009/O-5 | Atuário Luciana da Silva Bastos MIBA nº 1064 |

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Diretores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais. De acordo com o disposto na Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e com base na Circular SUSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004, realizamos a Avaliação Atuarial da carteira de previdência complementar aberta da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011. A análise demonstrou a capacidade da Seguradora honrar a totalidade dos compromissos financeiros que terá com o pagamento de benefícios já ocorridos e que ainda vão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de previdência que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Verificou-se a necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Contribuições.

Os resultados encontrados demonstram que as provisões técnicas consignadas no Balanço Patrimonial de data base 31 de dezembro de 2011 da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais estão adequadas à realidade da Seguradora e foram calculadas de acordo com as metodologias constantes das Notas Técnicas Atuariais encaminhadas e aprovadas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, não havendo necessidade de adequação ou ajustes de valores e nenhuma situação relevante que comprometa a sua solvência atuarial. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2012.

LUCIANA DA SILVA BASTOS Superintendente Atuarial MIBA nº 1.064
VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS
JOSÉ FIEL FARIA LOUREIRO
LUCIANO SNEL CORRÊA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Acionistas e aos Administradores da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos** **Reclassificações** Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, examinamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 2 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 2010 anteriormente divulgadas. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2010 tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de fevereiro de 2011, que não conteve qualquer modificação. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2012

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Luiz de Souza Gurgel Contador CRC RJ087339/O-4
Marcelo Nogueira de Andrade Contador CRC RJ086312/O-6

Id: 1266147



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NÓS QUEREMOS TE OUVIR!

0800 282 2279

ouvidoria@dpge.rj.gov.br
Av. Marechal Câmara, 314 - Castelo - Rio de Janeiro/RJ

RECLAMAÇÃO • ELOGIO • SUGESTÃO

OUVIDORIA GERAL